v7.n11.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

DESAFIOS, POTENCIALIDADES E IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

CHALLENGES, POTENTIAL AND IMPACTS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN BASIC EDUCATION: A NARRATIVE LITERATURE REVIEW

DESAFÍOS, POTENCIALIDADES Y IMPACTOS DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: UNA REVISIÓN NARRATIVA DE LA LITERATURA

Anderson Meneses de França[1], Josefa Mônica Vieira Silva Bezerra[2], Joyciele Nascimento da Silva[2]

e7119338
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i11.9338

PUBLICADO: 11/2026

RESUMO

O presente estudo analisa as evidências científicas publicadas na literatura recente (2023-2026) e em documentos oficiais norteadores sobre os desafios, potencialidades e impactos da inteligência artificial (IA) no contexto da educação básica brasileira. Apesar da crescente incorporação da inteligência artificial na educação, persistem lacunas relativas aos seus impactos pedagógicos, éticos e sociais. Assim pergunta-se: quais evidências científicas a literatura nacional apresenta acerca dos desafios, potencialidades e impactos da inteligência artificial na educação básica brasileira? Metodologicamente, adota-se o delineamento de revisão narrativa da literatura de abordagem qualitativa e caráter analítico-documental, com corpus composto por dez artigos acadêmicos e quatro documentos regulatórios submetidos à análise de conteúdo descritiva. Os resultados indicam convergência quanto ao elevado potencial da IA para a personalização do ensino e para a inclusão escolar, mas revelam barreiras operacionais expressivas, como a precariedade da infraestrutura tecnológica nas redes públicas, o risco de aprofundamento do fosso digital, preocupações com a privacidade de dados e vieses algorítmicos, destacando-se a insubstituibilidade do papel mediador docente. Conclui-se que o impacto transformador e equitativo da IA depende da superação das assimetrias materiais e da consolidação de políticas públicas e marcos normativos que orientem a integração ética e crítica das tecnologias digitais no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação básica. Inteligência artificial. Tecnologia na educação.

ABSTRACT

This study analyzes scientific evidence published in recent literature (2023–2026) and in official guiding documents regarding the challenges, potential, and impacts of artificial intelligence (AI) within the context of Brazilian basic education. Despite the growing incorporation of AI into education, gaps remain concerning its pedagogical, ethical, and social impacts. Thus, the research question is: what scientific evidence does the national literature present regarding the challenges, potential, and impacts of AI in Brazilian basic education? Methodologically, a narrative literature review design was adopted, employing a qualitative approach and an analytical-documentary nature; the corpus consisted of ten academic articles and four regulatory documents subjected to descriptive content analysis. The results indicate a consensus on AI's high potential for personalizing instruction and fostering school inclusion, yet reveal significant operational barriers—such as inadequate technological infrastructure in public school systems, the risk of widening the digital divide, and concerns regarding data privacy and algorithmic biases—while highlighting the irreplaceable nature of the teacher's mediating role.

[1] Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA.
[2] Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

The study concludes that AI's transformative and equitable impact depends on overcoming material disparities and consolidating public policies and regulatory frameworks that guide the ethical and critical integration of digital technologies into the school environment.

KEYWORDS: *Basic education. Artificial intelligence. Technology in education.*

RESUMEN
El presente estudio analiza las evidencias científicas publicadas en la literatura reciente (2023-2026) y en documentos oficiales orientadores sobre los desafíos, potencialidades y impactos de la inteligencia artificial (IA) en el contexto de la educación básica brasileña. A pesar de la creciente incorporación de la inteligencia artificial en la educación, persisten lagunas relativas a sus impactos pedagógicos, éticos y sociales. Así, surge la pregunta: ¿qué evidencias científicas presenta la literatura nacional sobre los desafíos, potencialidades e impactos de la inteligencia artificial en la educación básica brasileña? Metodológicamente, se adopta un diseño de revisión narrativa de la literatura con enfoque cualitativo y carácter analítico-documental, con un corpus compuesto por diez artículos académicos y cuatro documentos regulatorios sometidos a un análisis de contenido descriptivo. Los resultados indican una convergencia respecto al elevado potencial de la IA para la personalización de la enseñanza y la inclusión escolar, pero revelan barreras operativas significativas, como la precariedad de la infraestructura tecnológica en las redes públicas, el riesgo de agudizar la brecha digital, las preocupaciones sobre la privacidad de los datos y los sesgos algorítmicos, destacándose el carácter insustituible del papel mediador del docente. Se concluye que el impacto transformador y equitativo de la IA depende de la superación de las asimetrías materiales y de la consolidación de políticas públicas y marcos normativos que orienten la integración ética y crítica de las tecnologías digitales en el entorno escolar.

PALABRAS CLAVE: *Educación básica. Inteligencia artificial. Tecnología en la educación.*

1. INTRODUÇÃO

A cibercultura e o ecossistema digital contemporâneo têm reconfigurado de forma célere os processos educacionais globais, impulsionando a incorporação de tecnologias avançadas no cotidiano das instituições de ensino. Nesse cenário, a Inteligência Artificial (IA) – abrangendo desde sistemas algorítmicos e adaptativos até as mais recentes ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAGen) – emerge como um vetor de transformação pedagógica. A literatura acadêmica recente destaca que tais tecnologias possuem potencial para otimizar a gestão acadêmica, personalizar as trilhas de aprendizagem e atuar como suporte no trabalho docente e no engajamento discente.

Apesar do entusiasmo técnico e da crescente adoção dessas ferramentas na educação básica brasileira, persistem lacunas expressivas relativas aos seus impactos pedagógicos, éticos e sociais. A acelerada difusão tecnológica contrasta com assimetrias históricas vivenciadas pelo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

sistema educacional do país. Assim, estabelece-se a seguinte questão norteadora de pesquisa: quais evidências científicas a literatura nacional apresenta acerca dos desafios, potencialidades e impactos da inteligência artificial na educação básica brasileira?

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na urgência de se compreender a integração da IA na educação básica, indo além do pragmatismo instrumental ou de abordagens estritamente otimistas. A relevância do trabalho apoia-se na necessidade de sistematizar o conhecimento científico produzido entre 2023 e 2026 e articulá-lo às recentes normativas governamentais e internacionais, tais como a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, os documentos orientadores do Ministério da Educação (MEC) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e diagnósticos de redes como os do Observatório da Fundação Itaú. O estudo preenche uma lacuna no conhecimento ao contrastar as potencialidades teóricas com as reais barreiras infraestruturais, os riscos de ampliação do fosso digital, as ameaças à privacidade de dados e a necessidade de redefinição do papel docente sob a égide da ética e da governança.

Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as evidências científicas publicadas na literatura recente (2023-2026) e nos documentos oficiais norteadores acerca dos desafios, potencialidades e impactos da inteligência artificial no contexto da educação básica brasileira. Especificamente, busca-se: a) mapear as principais convergências teóricas referentes às potencialidades da IA na personalização do ensino e na inclusão escolar; b) identificar os desafios estruturais, éticos e regulatórios enfrentados pelas redes públicas e privadas de ensino; e c) analisar as divergências e complementaridades teóricas e normativas presentes no debate acadêmico-institucional.

Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura de abordagem qualitativa e caráter analítico-documental. O corpus de análise constituiu-se por dez artigos acadêmicos indexados em bases de dados relevantes e quatro documentos oficiais regulatórios e orientadores nacionais e internacionais. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo descritiva e categorizados em subtemas centrais.

Para responder ao objetivo proposto, o artigo está estruturado em seções encadeadas: após esta introdução, apresenta-se a metodologia detalhando os critérios de seleção e análise do corpus; em seguida, expõem-se os resultados e discussões, subdivididos nos eixos de convergências teóricas, desafios estruturais/éticos e divergências/complementaridades analíticas; por fim, tecem-se as conclusões acerca do que a literatura científica e normativa afirma sobre inteligência artificial na educação básica brasileira.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) no contexto da educação básica representa um dos fenômenos mais relevantes da transformação digital contemporânea, promovendo mudanças nas práticas pedagógicas, nas estratégias de ensino e nas formas de construção do conhecimento. Nesse cenário, a utilização de sistemas inteligentes e ferramentas de Inteligência Artificial Generativa apresenta possibilidades para a personalização da aprendizagem, a otimização das atividades docentes e a ampliação dos recursos educacionais disponíveis. Conforme Santos *et al.* (2023), a aplicação da IA na educação configura um campo de crescente expansão, cujas tendências apontam para a diversificação das metodologias de ensino e para a incorporação de novas ferramentas de apoio à aprendizagem. Entretanto, tais possibilidades não devem ser compreendidas como soluções autônomas para os problemas educacionais, uma vez que seus resultados dependem das condições de implementação, da intencionalidade pedagógica e da capacidade crítica dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

No que concerne à personalização do ensino, a inteligência artificial apresenta potencial para identificar dificuldades de aprendizagem, adaptar conteúdos e oferecer diferentes percursos formativos conforme as necessidades dos estudantes. Franqueira *et al.* (2024) discutem a relação entre inteligência artificial, personalização e adaptatividade no processo de ensino-aprendizagem, evidenciando a relevância dessas ferramentas para a diversificação das estratégias pedagógicas. De maneira complementar, Alves *et al.* (2024) destacam as possibilidades de utilização da IA na educação inclusiva, especialmente por meio de recursos de acessibilidade e de tecnologias capazes de favorecer a participação de estudantes com diferentes necessidades educacionais. Todavia, a incorporação desses recursos exige planejamento e acompanhamento pedagógico, considerando que a eficiência tecnológica não assegura, por si só, a aprendizagem significativa. Nesse sentido, a mediação docente permanece fundamental para contextualizar as informações, orientar a construção do conhecimento e preservar as dimensões humanas, sociais e relacionais da educação.

Apesar das potencialidades identificadas, a implementação da inteligência artificial nas instituições escolares brasileiras encontra obstáculos relacionados à infraestrutura tecnológica, à desigualdade de acesso e à formação dos profissionais da educação. Nunes e Mercado (2025) analisam os desafios da equidade na utilização da IA na educação básica, ressaltando a necessidade de estratégias que assegurem condições de acesso e participação aos diferentes grupos de estudantes. Essa problemática evidencia um cenário contraditório, no qual

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ferramentas potencialmente inclusivas podem ampliar as desigualdades existentes quando sua utilização depende de equipamentos, conectividade e conhecimentos tecnológicos distribuídos de maneira desigual. Sob essa perspectiva, André, Azevedo e Andrade (2023) contribuem para o debate ao relacionar a inclusão digital às oportunidades e aos desafios da inteligência artificial no contexto educacional. Dessa forma, a democratização dessas tecnologias pressupõe investimentos em infraestrutura, políticas públicas consistentes e formação inicial e continuada dos professores, de modo que a inovação pedagógica não se restrinja às instituições que dispõem de melhores condições materiais.

Paralelamente aos desafios estruturais, a utilização da inteligência artificial suscita preocupações éticas relacionadas à privacidade, à proteção de dados pessoais, aos vieses algorítmicos e à confiabilidade das informações produzidas pelos sistemas. Fernandes, Corrêa e Bueno (2025) discutem os desafios éticos e sociais da IA na educação, evidenciando a importância de considerar os efeitos dessas ferramentas sobre a equidade e as relações estabelecidas no ambiente educacional. Nessa mesma direção, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2024, p. 5) sintetiza um princípio fundamental para a integração responsável dessas tecnologias ao afirmar que “A IA não deve usurpar a inteligência humana”. Essa orientação reforça a necessidade de preservar a autonomia intelectual dos estudantes, a responsabilidade dos educadores e o pensamento crítico diante dos conteúdos gerados artificialmente. No contexto brasileiro, a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 constitui um importante marco normativo ao estabelecer diretrizes para o uso de dispositivos digitais nos espaços escolares e para a integração curricular da educação digital e midiática (BRASIL, 2025), contribuindo para a construção de práticas educativas mais conscientes e responsáveis.

Diante dessas considerações, compreende-se que a integração da inteligência artificial na educação básica deve ser orientada por uma perspectiva crítica, ética e socialmente comprometida, capaz de articular inovação tecnológica, qualidade pedagógica e equidade educacional. Moran (2024) defende uma abordagem equilibrada para a utilização da IA, considerando suas contribuições para o trabalho docente e para a aprendizagem, sem desconsiderar os desafios estruturais e éticos envolvidos em sua implementação. De modo convergente, a UNESCO (2024) propõe uma abordagem centrada no ser humano, na qual a utilização dessas ferramentas esteja subordinada às necessidades educativas, à proteção dos estudantes e ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais. Assim, a inteligência artificial não deve ser compreendida como substituta da atuação docente, mas como um recurso

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

complementar cuja efetividade depende da formação dos profissionais, da adequação às realidades escolares e da existência de políticas públicas que assegurem acesso democrático e utilização responsável. Nesse sentido, a consolidação de uma educação básica tecnologicamente integrada exige não apenas o domínio instrumental das ferramentas digitais, mas também o desenvolvimento de competências críticas que possibilitem aos estudantes compreender, avaliar e utilizar a IA de maneira consciente e autônoma.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa e caráter analítico-documental, voltado à compreensão dos desafios, potencialidades e impactos da inteligência artificial (IA) no contexto da educação básica brasileira. Este delineamento possibilita inventariar, descrever e problematizar as evidências científicas publicadas recentemente sobre o tema, viabilizando uma análise integrativa que identifica avanços, lacunas e controvérsias pedagógicas. Conforme aponta Soares (2025), a revisão narrativa possui relevância histórica em diversos campos do conhecimento devido à sua flexibilidade metodológica, permitindo conectar teorias e achados empíricos de forma crítica e interpretativa.

A seleção das fontes de dados estruturou-se na combinação entre literatura científica indexada e documentos orientadores normativos: a) Bases de dados científicas: a busca foi realizada nas plataformas *Google Scholar*, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (*SciELO*). A escolha dessas bases justifica-se pela complementaridade de seu alcance: o Portal CAPES e a *SciELO* garantem o rigor científico e a representatividade do estado da arte na América Latina e no Brasil; e o *Google Scholar* minimiza viés de publicação ao capturar estudos emergentes e literatura cinzenta relevante. b) Documentos oficiais e institucionais: para fortalecer a contextualização normativa e a credibilidade das discussões, incorporaram-se documentos estratégicos como a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, diretrizes orientadoras sobre o uso da IA na educação e pesquisa publicadas pela UNESCO e pelo MEC, além de levantamentos do Observatório da Fundação Itaú em parceria com o Equidade.Info.

A estratégia de busca compreendeu o período de 2023 a 2026. Utilizaram-se combinações dos descritores e termos equivalentes nos idiomas português e inglês, articulados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*: (“Inteligência Artificial” *OR* “*Artificial Intelligence*” *OR* “IA” *OR*

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

"*AI*") *AND* ("Educação Básica" *OR* "*Basic Education*" *OR* "*K-12*") *AND* ("Desafios" *OR* "Impactos" *OR* "*Challenges*" *OR* "*Impacts*").

A consulta inicial retornou um total de 1.250 publicações. Para a seleção final do corpus, aplicaram-se critérios sistemáticos de inclusão e exclusão: Critérios de inclusão: a) presença explícita de ao menos dois dos eixos temáticos (inteligência artificial, educação básica/*K-12*, desafios e impactos) no título, resumo ou palavras-chave; b) publicações disponibilizadas na íntegra entre 2023 e 2026; e c) pertinência direta ao problema de pesquisa e clareza na fundamentação metodológica. Critérios de exclusão: a) estudos publicados fora do recorte temporal (2023-2026); b) trabalhos focados no ensino superior ou em contextos alheios à educação básica; c) pesquisas abordando Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) genéricas nas quais a IA figura apenas como elemento secundário, ou restritas a um único componente curricular específico; e d) publicações com viés predominantemente comercial, promocional ou desprovidas de metodologia clara.

O processo de extração e filtragem seguiu três etapas consecutivas: 1) Triagem inicial: avaliação dos 1.250 títulos e resumos para aplicação primária dos filtros. 2) Leitura na íntegra: análise detalhada dos textos pré-selecionados para verificação da aderência analítica. 3) Síntese e extração: mapeamento dos artigos retidos por meio de uma matriz categorial contendo autor/ano, objetivos e principais achados. Finalizado o fluxo de filtragem, obteve-se a amostra delimitada de 10 artigos científicos, os quais, integrados aos documentos oficiais selecionados, constituíram o corpus analítico final.

Para tratamento e interpretação do material, empregou-se a análise descritiva e documental de viés qualitativo. As evidências e posicionamentos identificados nas fontes foram categorizados tematicamente, organizando convergências e divergências. Conforme recomendam Ogassavara *et al.* (2025, p. 315) sobre a síntese em revisões narrativas, as categorias emergentes foram estruturadas em seções e subseções na exposição dos resultados. A categorização adotada permitiu contrastar dados empíricos e teóricos sobre a personalização da aprendizagem, as barreiras infraestruturais no cenário brasileiro, a equidade no acesso e as implicações éticas associadas ao uso de algoritmos preditivos e generativos na escola.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos artigos e documentos oficiais selecionados para a constituição do corpus de análise, foi estruturada uma tabela com as principais informações de cada publicação:

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 1. Pesquisas encontradas no desenvolvimento do projeto

ARTIGOS ACADÊMICOS	
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	**OBJETIVO DA PESQUISA**
Título: IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EQUIDADE E DESAFIOS **Autores:** Maria do Amparo da Silva Nunes e Luis Paulo Leopoldo Mercado **Ano:** 2025 **Publicação:** Revista Docência e Cibercultura (ReDoC)	Realizar uma análise crítica e síntese de estudos existentes para compreender os impactos positivos e negativos da Inteligência Artificial na educação básica, identificando lacunas e estratégias destinadas a promover a equidade em sua implementação educacional.
Título: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO E NA APRENDIZAGEM **Autora:** Sandra Fernandes Henrique **Ano:** 2025 **Publicação:** Revista Tópicos	Discutir o impacto da Inteligência Artificial na Educação por meio de pesquisa bibliográfica, apresentando novos caminhos para o ensino e a aprendizagem no século XXI.
Título: A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA EDUCAÇÃO E SUAS TENDÊNCIAS ATUAIS **Autores:** Ademar Alves dos Santos, Elizabeth Orofino Lucio, Vinicius Guiraldelli Barbosa, Magna Sales Barreto, Ricardo Alberti, José Antonio da Silva, Gabriel Antonio Ogaya Joerke, Reginaldo Leandro Placido, Ivonete Telles Medeiros Placido e Maria do Socorro Gomes Saraiva **Ano:** 2023 **Publicação:** Cuadernos de Educación y Desarrollo (Europub European Publications)	Apresentar e discutir a aplicação da Inteligência Artificial no contexto educacional e suas tendências atuais.
Título: DESAFIOS ÉTICOS E SOCIAIS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO **Autores:** Nayara Rocha Fernandes, Thiago Henrique Barnabé Corrêa e José Lucas Pedreira Bueno **Ano:** 2025 **Publicação:** Revista Linguagem em Foco (UECE)	Discutir os desafios éticos e sociais atrelados ao uso da IA na educação, focando em três eixos centrais: a desigualdade de acesso, os vieses algorítmicos e a dependência tecnológica na sociedade e no ambiente educacional.
Título: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: PERSONALIZAÇÃO E ADAPTATIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM **Autores:** Alberto da Silva Franqueira, Karyne Guimarães da Silva, Luís Gonçalves da Silva, Pollyanna Marcondes, Raquel Alves Barbosa e Rodolfo Gonçalves da Silva **Ano:** 2024 **Publicação:** Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales	Analisar como a IA pode ser integrada ao ambiente educacional, mapeando de forma equilibrada os seus benefícios (como personalização e eficiência pedagógica) e os seus obstáculos (privacidade, formação e equidade).
Título: INCLUSÃO DIGITAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: AVANÇOS,	Promover o debate sobre a convergência entre inclusão digital e IA

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA ALUNOS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR **Autores:** Claudio F. André, Adriana Barroso de Azevedo e Fabíola Andrade **Ano:** 2023 **Publicação:** Revista Educação & Linguagem	na educação, investigando como essas ferramentas podem expandir o acesso, a qualidade e a personalização do ensino para agentes de diversas origens geográficas e socioeconômicas.
Título: IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA **Autores:** Daiane de Lourdes Alves; Aline Esprendor; Ana Carolina Rodrigues da Luz Eccel; Átila de Souza; Daniela Paula de Lima Nunes Malta **Ano:** 2024 **Publicação:** Revista Ilustração	Abordar a crescente integração da Inteligência Artificial (IA) na educação inclusiva, enfatizando a sua capacidade de personalizar o aprendizado e melhorar a acessibilidade educacional, além de discutir os pressupostos éticos de sua aplicação.
Título: A INTEGRAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO: UM NOVO PARADIGMA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA **Autores:** Maria Cibele Ferreira da Silva, Ana Cristina Gonçalves Teixeira Saraiva, Daniela Paula de Lima Nunes Malta, Janete Emilia Corrêa da Silva, Rafael Leandro da Silva, Sonia Araújo dos Santos **Ano:** 2024 **Publicação:** Revista ARACÊ	Analisar como a Inteligência Artificial pode ser utilizada para personalizar o ensino, adaptando-o às necessidades individuais dos alunos na educação básica, além de examinar os desafios e oportunidades associados à implementação desses sistemas em ambientes educacionais.
Título: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: PERSONALIZAÇÃO E DESAFIOS ÉTICOS EM PERSPECTIVA **Autores:** Marcos Ribeiro Reis, Jordana Luzia Barbosa Mota **Ano:** 2025 **Publicação:** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE	Analisar a aplicação da Inteligência Artificial na educação, investigando de forma qualitativa e teórica seus impactos na personalização do ensino, seus desafios éticos e as tendências futuras da área.
Título: O USO EQUILIBRADO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA **Autor:** José Moran **Ano:** 2024 **Publicação:** COLETÂNEAS. Educação e Tecnologia: o uso da Inteligência Artificial (IA) na Educação Básica (Edição da ANEC)	Explorar como a inteligência artificial (IA) pode contribuir para a melhoria e transformação da educação básica. O texto analisa os benefícios reais da tecnologia na gestão escolar, na docência e na aprendizagem, contrastando-os com os desafios estruturais, éticos e práticos que ela impõe ao ecossistema educacional.
DOCUMENTOS OFICIAIS	
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	**OBJETIVO DA PESQUISA**
Título: GUIA PARA A IA GENERATIVA NA EDUCAÇÃO E NA PESQUISA **Autores:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	Orientar formuladores de políticas, instituições educacionais e pesquisadores sobre como regular, planejar e aplicar a Inteligência Artificial

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

(Elaboração conduzida por Fengchun Miao, Sobhi Tawil e Wayne Holmes) **Ano:** 2024 **Publicação**: UNESCO	Generativa (IAGen) na educação e na pesquisa, visando proteger a agência humana, promover a equidade, a inclusão e o uso ético da tecnologia.
Título: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DOCUMENTO ORIENTADOR SOBRE CAMINHOS CURRICULARES E PRÁTICAS ÉTICAS DE USO DE IA NAS ESCOLAS **Autores:** Paula Menezes, Flora Ariza, Thais Sanches Cardoso, Marina Kovacs, Larissa Santa Rosa, Christian Brackmann, Rosa Vicari, Seiji Isotani, Ig Bittencourt, Fernando de Barros Filgueiras e Rodrigo Nejm. **Ano:** 2026. **Publicação:** Ministério da Educação (MEC - Secretaria de Educação Básica) em cooperação com a UNESCO.	Oferecer um guia teórico, normativo e prático para orientar secretarias de educação e escolas públicas brasileiras na integração ética, crítica e curricular da IA na Educação Básica. O foco é articular duas dimensões centrais: o "aprender com IA" (IA como recurso educacional) e o "aprender sobre IA" (IA como objeto de estudo e conhecimento), garantindo a conformidade com a LGPD, o ECA Digital e as diretrizes do CNE e da BNCC.
Título: PERCEPÇÕES SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO **Autores:** Observatório da Fundação Itaú & Equidade.Info (Lemann Center - Stanford GSE) **Ano:** 2024 **Publicação:** Levantamento/Relatório do Observatório da Fundação Itaú	Mapear e analisar o nível de uso, os conhecimentos, os benefícios percebidos e as preocupações de estudantes (Ensino Fundamental e Médio), professores e gestores escolares brasileiros em relação ao uso da Inteligência Artificial na educação básica.
Título: RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2/2025 **Autoria:** Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (Presidenta: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva) **Ano:** 2025 **Publicação:** Diário Oficial da União (DOU), Seção 1, p. 34, 24 de março de 2025.	Instituir as Diretrizes Operacionais Nacionais para o uso de dispositivos digitais em ambientes escolares e orientar a integração curricular obrigatória da Educação Digital e Midiática nas redes públicas e privadas da Educação Básica brasileira.

Fonte: Próprios autores.

Conforme tabela 1, a constituição do corpus de análise desta pesquisa compreendeu a seleção criteriosa de 14 publicações proeminentes, publicadas entre os anos 2023 (c. 2 artigos), 2024 (c. 4 artigos/2 documentos), 2025 (c. 4 artigos/1 documento) e 2026 (c. 1 documento), registrados e categorizados em bases de dados oficiais relevantes. Os artigos acadêmicos selecionados foram publicados em revistas especializadas em Educação e Tecnologia (c. 4 artigos), Periódicos Ibero-Americanos e Multidisciplinares (c. 5 artigos) e Coletânea Acadêmico-Institucional (c. 1 artigo). O panorama dessas publicações revela que o debate sobre a inteligência artificial na educação básica não está restrito à academia. Há um ecossistema

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

integrado que envolve, também, órgãos governamentais e internacionais, institutos de pesquisas e fundações.

Quanto aos tipos metodológicos, observa-se uma predominância de revisões bibliográficas (c. 6 artigos), seguida de pesquisas bibliográficas e documentais, sendo uma delas embasada por evidências empíricas (c. 2 artigos e 1 documento oficial), revisões sistemáticas, com uma delas acompanhada de análise documental e estudos de caso (c. 2 artigos), ensaio teórico (c. 1 publicação), revisão normativa e analítico-documental (c. 1 publicação) e análise jurídica, normativa e proposição regulatória (c. 1 legislação). Vale salientar que todos os estudos seguiram abordagem qualitativa.

A análise sistemática do corpus acadêmico e documental constituído para esta pesquisa permitiu mapear o panorama contemporâneo da inserção da IA na educação básica brasileira. Da reflexão teórica e do confronto entre produção acadêmica e as diretrizes estatais e internacionais, emergiram categorias analíticas fundamentais que expressam tanto as promessas pedagógicas, quanto as complexidades operacionais, éticas e sociais dessa integração tecnológica.

A discussão a seguir está estruturada em eixos temáticos que organizam as convergências e divergências identificadas na literatura, articulando a teoria pedagógica, os dados informativos do uso tecnológico e os normativos regulatórios vigentes no Brasil.

4.1. Convergências teóricas e potencialidades da IA no ambiente escolar

A primeira grande convergência identificada na literatura analisada diz respeito ao reconhecimento unânime do potencial transformador da inteligência artificial na personalização do ensino e na adaptabilidade dos processos de aprendizagem. Conforme sustentam Alves *et al.* (2024), Silva et al. (2024) e Franqueira *et al.* (2024), os sistemas educacionais baseados em algoritmos adaptativos operam como propulsores da eficiência pedagógica, na medida em que conseguem diagnosticar precocemente as dificuldades individuais dos discentes e adaptar trilhas de aprendizagem em tempo real. Essa flexibilização curricular encontra eco nas proposições de Santos *et al.* (2023), que acrescentam a relevância de ferramentas de processamento de linguagem natural avançada, a exemplo do ChatGPT, como mediadoras cotidianas capazes de renovar as práticas discursivas e a produção de conhecimento escolar.

Essa perspectiva ganha materialidade nas diretrizes do MEC (2026) e UNESCO (2024), que preconizam a integração curricular da IA tanto como recurso pedagógico – o “aprender com IA” – quanto como objeto de conhecimento, movimento corroborado pelo cenário nacional

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

delineado pelo Observatório da Fundação Itaú (2024), que aponta uma adesão massiva de discentes e docentes às ferramentas generativas, reiterando a urgência de transformar esse uso intuitivo em competência crítica.

Outro ponto de convergência consensual entre os autores reside no entendimento de que a IA desempenha um papel essencial na promoção da educação inclusiva e na diferenciação pedagógica. Henrique (2025) e Moran (2024) salientam que o uso de tecnologias inteligentes atua diretamente na redução da evasão escolar e na mitigação de barreiras históricas ao incorporar dinâmicas de gamificação e diagnósticos precisos. De forma complementar, Alves *et al.* (2024) demonstram que recursos avançados de IA – tais como sistemas de reconhecimento de fala, ferramentas de tradução simultânea e softwares adaptativos – são recursos indispensáveis para viabilizar a acessibilidade e individualizar o percurso formativo de estudantes com deficiência, impulsionando a motivação e o engajamento desses sujeitos.

No tocante à equidade, a documentação oficial da UNESCO (2024) alerta para a necessidade de salvaguardar a agência humana e mitigar o risco de agravamento da pobreza digital. Em resposta a esse desafio, o guia do MEC (2026) propõe estratégias como a “IA Desplugada” para assegurar que a inclusão ocorra independentemente das limitações de infraestrutura local, enquanto a Resolução CNE/CEB nº 2/2025, ao instituir diretrizes operacionais, coloca a equidade no acesso e a proteção de dados como balizas fundamentais para qualquer iniciativa de integração tecnológica nas redes públicas e privadas.

Ademais, os pesquisadores convergem enfaticamente ao assinalar que a incorporação da tecnologia digital não pressupõe, sob hipótese alguma, a obsolescência ou a substituição do docente. Henrique (2025), Reis e Mota (2025) e Moran (2024) defendem vigorosamente a redefinição do papel do educador, o qual deixa de ser um mero transmissor de conteúdo para converter-se em um mediador e facilitador humano essencial. A literatura adverte que características intrinsecamente humanas, tais como a empatia, a afetividade, a sensibilidade social e a criatividade, permanecem como pilares insubstituíveis do ato educativo, funcionando como barreiras éticas contra o risco iminente de desumanização algorítmica.

Nesse processo, a redefinição da docência é ratificada pela Resolução CNE/CEB nº 2/2025, que torna obrigatória a integração curricular da Educação Digital e Midiática, sublinhando que a autonomia docente deve ser exercida com base no letramento crítico sobre algoritmos e ética de dados. Contudo, esse horizonte depende, conforme enfatizado pelos levantamentos do Observatório da Fundação Itaú (2024), de políticas robustas de formação inicial e continuada,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

garantindo que o educador não seja apenas um espectador da tecnologia, mas o mediador ético que preserva os pilares da subjetividade humana frente ao avanço algorítmico.

4.2. Desafios estruturais, éticos e normativos

Em contrapartida às potencialidades assinaladas, a análise dos resultados revela uma sólida convergência no que tange aos severos obstáculos práticos que impedem a consolidação equitativa da IA nas escolas brasileiras. Nunes e Mercado (2025), Fernandes, Corrêa e Bueno (2025) e Franqueira *et al.* (2024) são uníssonos em denunciar que a precariedade da infraestrutura tecnológica e a persistente carência de redes de internet de alta velocidade e de equipamentos adequados limitam severamente a aplicabilidade dessas inovações pedagógicas. Configura-se, desse modo, um cenário paradoxal: se por um lado a IA possui potencial inclusivo, por outro, a ausência de condições materiais mínimas nas instituições públicas tende a aprofundar o fosso digital e a ampliar o abismo socioeconômico já existente entre as redes pública e privada de ensino.

Sob essa perspectiva, as diretrizes da UNESCO (2024) e do MEC (2026) reiteram que o agravamento da pobreza digital e a exclusão tecnológica comprometem a equidade e a diversidade cultural nas salas de aula. Em resposta a tais assimetrias, o documento orientador do MEC (2026) defende estratégias adaptativas, a exemplo do conceito de “IA Desplugada”, visando viabilizar a alfabetização digital e a inclusão mesmo em contextos marcados por restrições severas de conectividade.

No plano dos desafios éticos, a literatura exibe alto grau de convergência e preocupação com a privacidade, a segurança de dados e o viés algorítmico. Nunes e Mercado (2025), Reis e Mota (2025) e Moran (2024) advertem sobre os riscos associados à governança de dados sensíveis de crianças e adolescentes quando submetidos a plataformas comerciais. Essas preocupações encontram ressonância direta nas diretrizes internacionais da UNESCO (2024), que clamam pela salvaguarda da agência humana e pela proteção estrita da privacidade dos estudantes diante dos avanços da IA Generativa. Do mesmo modo, o documento do MEC (2026) ratifica a urgência de alinhar as práticas pedagógicas e os sistemas algorítmicos aos ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e ao Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), de modo a mitigar a exposição inadvertida e o uso indevido de dados pessoais no ecossistema educacional.

Paralelamente, Fernandes, Corrêa e Bueno (2025) aprofundam a discussão ao introduzir os impactos normativos e de saúde mental postos em voga na educação básica pela Resolução

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CNE/CEB nº 2/2025, a qual regulamenta o uso de dispositivos digitais e impõe limites para salvaguardar o bem-estar psicossocial dos estudantes diante da dependência tecnológica. Como marco regulatório nacional, a referida resolução determina a inclusão obrigatória da Educação Digital e Midiática nos currículos, exigindo uma abordagem crítica sobre algoritmos, redes sociais e inteligência artificial. No entanto, a viabilidade e o sucesso de tais balizas normativas enfrentam gargalos práticos e lacunas de formação. Relatórios e levantamentos do Observatório da Fundação Itaú e Lemann Center (2024) apontam que, a despeito do alto engajamento prévio de estudantes e professores com ferramentas generativas, persistem incertezas e riscos acentuados relacionados à disseminação de desinformação (*fake news*), à necessidade de revisão de práticas avaliativas e, fundamentalmente, à carência de formação inicial e continuada para o corpo docente governar o uso ético dessas tecnologias em sala de aula.

4.3. Divergências de foco e complementaridades analíticas

Embora não se observem contradições teóricas frontais entre os textos – dado que todos reconhecem o caráter ambivalente da tecnologia – constatam-se nítidas divergências quanto ao foco de abordagem e ao nível de intervenção proposto por cada pesquisador. Enquanto autores como Santos *et al.* (2023) adotam uma perspectiva predominantemente microtextual e instrumental, focando na inserção prática de ferramentas específicas no cotidiano das salas de aula, outros pesquisadores optam por direcionar a análise para uma dimensão macroestrutural e político-institucional. Essa abordagem macro é evidenciada nas contribuições de André, Azevedo e Andrade (2023), cujo foco central desloca-se da aplicação técnico-pedagógica imediata para um amplo debate conceitual sobre a inclusão digital. Os autores argumentam que a sustentabilidade da IA nas escolas depende de investimentos estatais robustos e do desenho de políticas públicas estruturadas, capazes de articular parcerias intersetoriais de larga escala. Essa visão macro complementa as pesquisas de orientação prática e de formação continuada (Nunes e Mercado, 2025; Silva *et al.*, 2024), evidenciando que o sucesso da IA na educação básica brasileira requer tanto formação técnico-pedagógica do professor na ponta, quanto a garantia de governança democrática e equidade no financiamento público em âmbito nacional.

Em convergência com esse espectro macroestrutural, os documentos oficiais de caráter regulatório, diagnóstico e orientador tensionam e organizam o debate ao deslocar a análise do plano estritamente acadêmico para o terreno da normatização e das diretrizes governamentais. Nesse contexto, nota-se uma divergência de foco entre os documentos voltados à

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

fundamentação ético-conceitual global e aqueles direcionados à operabilidade curricular no cenário brasileiro.

Por um lado, a publicação da UNESCO (2024) adota um foco normativo e intencional, priorizando a proteção da agência humana, a salvaguarda do desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens, a prevenção da pobreza digital e a preservação da diversidade cultural diante do avanço da IA Generativa. Por outro lado, os documentos nacionais concentram-se na viabilidade prática, nos diagnósticos de rede e no desenho curricular. Exemplo disso é o levantamento do Observatório da Fundação Itaú (2024), que direciona a lente analítica para os dados empíricos e a percepção de atores escolares, evidenciando o uso já disseminado da IA por professores e alunos, ao mesmo tempo em que alerta para riscos de *fake news* e para as lacunas na formação docente.

A complementaridade analítica entre essas instâncias torna-se explícita quando se observam as diretrizes do MEC (2026) e as disposições do Conselho Nacional de Educação. Enquanto a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 fixa o marco regulatório oficial, determinando a obrigatoriedade da Educação Digital e Midiática e o ensino crítico sobre IA e algoritmos nos currículos, o documento orientador do MEC (2026) traduz essa exigência em arcabouço prático. A articulação entre o “aprender com IA” (dimensão instrumental) e o “aprender sobre IA” (dimensão conceitual e crítica), somada à proposição da “IA Desplugada” para contextos de baixa infraestrutura, demonstra como as diretrizes oficiais buscam conciliar a urgência pedagógica com as exigências legais de proteção (LGPD e ECA Digital) e com as assimetrias socioeconômicas do país.

Dessa forma, os documentos oficiais não apenas complementam as pesquisas empíricas e teóricas da literatura, mas estabelecem o nexo causal entre a teoria crítica, o diagnóstico de uso real das escolas e a padronização das políticas públicas de ensino básico no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como propósito central analisar criticamente as evidências científicas publicadas na literatura recente (2023-2026) e nos documentos oficiais norteadores acerca dos desafios, potencialidades e impactos da inteligência artificial no contexto da educação básica brasileira. Ao cotejar a produção acadêmica com os normativos estatais e internacionais mais recentes, buscou-se construir um panorama analítico sobre a incorporação das tecnologias algorítmicas e generativas no ambiente escolar.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A síntese dos principais achados indica que a literatura converge ao reconhecer o expressivo potencial da IA para a personalização do ensino, para a promoção da educação inclusiva e para o suporte às práticas discursivas e pedagógicas. Contudo, esse horizonte promissor encontra fortes barreiras na precariedade da infraestrutura tecnológica e na assimetria de acesso que caracterizam a realidade educacional brasileira, gerando risco real de aprofundamento do fosso digital entre as redes de ensino. Paralelamente, emergem graves preocupações éticas relacionadas à governança e proteção de dados de crianças e adolescentes, aos vieses algorítmicos e ao impacto na saúde mental dos estudantes. Destaca-se, de forma consensual, que a tecnologia não substitui a centralidade da mediação docente, a qual se ressignifica como um pilar ético e insubstituível na preservação da subjetividade humana.

Em resposta direta ao problema de pesquisa formulado, verifica-se que a literatura nacional e os documentos regulatórios apresentam evidências científicas de um cenário ambivalente. Se, por um lado, as potencialidades da IA apontam para a inovação didática e a acessibilidade de estudantes com deficiência, por outro, os impactos e desafios estruturais revelam a ausência de condições materiais mínimas em grande parte das escolas públicas e apontam lacunas urgentes na formação inicial e continuada de professores para o uso ético e crítico dessas ferramentas. Assim, conclui-se que o impacto transformador da IA na educação básica brasileira não decorre do automatismo tecnológico, mas sim da existência de políticas públicas e marcos normativos capazes de orientar uma integração equitativa e orientada por princípios éticos.

A principal contribuição deste trabalho reside na sistematização integrada de um corpus diversificado, conectando investigações teóricas com diretrizes governamentais e normativas vigentes no Brasil. Todavia, o estudo apresenta limitações associadas ao delineamento próprio da revisão narrativa da literatura, que, pela sua natureza qualitativa e integradora, não pretende exaurir a totalidade das publicações ou mensurar quantitativamente os efeitos da IA no desempenho escolar.

Diante do dinamismo da temática e das lacunas identificadas, sugere-se para futuros estudos a realização de pesquisas empíricas de campo que avaliem a implementação prática das diretrizes da “IA Desplugada” e da Educação Digital e Midiática nas redes públicas estaduais e municipais. Recomenda-se, ainda, a investigação de modelos de formação docente continuada voltados ao letramento algorítmico, bem como estudos de acompanhamento longitudinal sobre os impactos do uso de ferramentas generativas na saúde mental e no desenvolvimento cognitivo de estudantes em diferentes etapas da educação básica.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daiane de Lourdes *et al.* Impacto da inteligência artificial na educação inclusiva. Revista Ilustração, *[S. l.]*, v. 5, n. 7, p. 37–47, 2024. DOI: 10.46550/ilustracao.v5i7.346. Disponível em: https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/346. Acesso em: 18 jul. 2026.

ANDRÉ, C. F.; AZEVEDO, A. B. de; ANDRADE, F. Inclusão digital e inteligência artificial na educação: avanços, desafios e oportunidades para alunos e professores da educação básica à educação superior. Educação & Linguagem, *[S. l.]*, v. 26, n. 1, p. 211–236, 2023. DOI: 10.15603/2176-0985/el.v26n1p211-236. Disponível em: https://revistas.metodista.br/index.php/educacaolinguagem/article/view/591. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 56, p. 34-36, 24 mar. 2025. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ceb-n-2-de-21-de-marco-de-2025-619301726. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm. Acesso em: 13 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Inteligência Artificial na Educação Básica: documento orientador sobre caminhos curriculares e práticas éticas de uso de IA nas escolas. Brasília: MEC/SEB, 2026. Disponível em: https://share.google/H2222AQsMY0gvZ9pj. Acesso em: 13 ago. 2026.

FERNANDES, N. R.; CORRÊA, T. H. B.; BUENO, J. L. P. Desafios éticos e sociais da inteligência artificial na educação. Revista Linguagem em Foco, v. 17, n. 3, p. 108-125, 2025. DOI: https://doi.org/10.46230/lef.v17i3.16067. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/16067. Acesso em: 18 jul. 2026.

FRANQUEIRA, Alberto da Silva *et al.* Inteligência Artificial na educação: personalização e adaptatividade no processo de ensino-aprendizagem. Contribuciones a las Ciencias Sociales, *[S. l.]*, v. 17, n. 9, p. e10273, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.9-043. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/10273. Acesso em: 18 jul. 2026.

FUNDAÇÃO ITAÚ. Percepções sobre a IA em estudantes, professores e gestores escolares no Brasil. [S. l.]: Fundação Itaú/Equidade.Info, 2024. Disponível em:

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

https://fundacaoitau.org.br/observatorio/biblioteca/pesquisa-percepcoes-sobre-inteligencia-artificial-na-educacao. Acesso em: 25 jul. 2026.

HENRIQUE, S. F. O impacto da inteligência artificial no ensino e na aprendizagem. Revista Tópicos, v. 3, n. 25, p. 1-12, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17081451. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/o-impacto-da-inteligencia-artificial-no-ensino-e-na-aprendizagem. Acesso em: 17 jul. 2026.

MORAN, J. O uso equilibrado da inteligência artificial na educação básica. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL (ANEC). Educação e Tecnologia: o uso da Inteligência Artificial (IA) na Educação Básica. Brasília: ANEC, 2024. v. 3. cap. 1, p. 14-25. (Coletânea ANEC, 001/2024). ISBN: 978-85-99725-23-8. Disponível em: https://anec.org.br/biblioteca/coletanea-anec-001-2024-educacao-e-tecnologia-volume-3/. Acesso em: 19 jul. 2026.

NUNES, M. do A. da S.; MERCADO, L. P. L. Impacto da inteligência artificial na educação básica: equidade e desafios. Revista Docência e Cibercultura, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 1–19, 2025. DOI: 10.12957/redoc.2025.83188. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/83188. Acesso em: 17 jul. 2026.

OGASSAVARA, Dante *et al*. Trilhas metodológicas para a revisão narrativa: orientações pragmáticas para sua elaboração. Ensino & Pesquisa, União da Vitória, v. 23, n. 3, p. 308-318, ago./dez. 2025. DOI: 10.33871/23594381.2025.23.3.10317. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/398800901_Trilhas_metodologicas_para_a_revisao_narrativa_orientacoes_pragmaticas_para_sua_elaboracao. Acesso em: 17 jul. 2026.

REIS, M. R.; MOTA, J. L. B. Inteligência artificial na educação: personalização e desafios éticos em perspectiva. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, *[S. l.]*, v. 11, n. 6, p. 5399–5413, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i6.20095. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20095. Acesso em: 18 jul. 2026.

SANTOS, Ademar Alves dos *et al.* A aplicação da inteligência artificial (IA) na educação e suas tendências atuais. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 15, n. 2, p. 1155-1172, 2023. DOI: https://doi.org/10.55905/cuadv15n2-011. Disponível em: https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1030. Acesso em: 18 jul. 2026.

SILVA, Maria Cibele Ferreira da *et al.* A integração de inteligência artificial na personalização do ensino: um novo paradigma para a educação básica. ARACÊ, *[S. l.]*, v. 6, n. 3, p. 5956–5972, 2024. DOI: 10.56238/arev6n3-100. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1284. Acesso em: 18 jul. 2026.

SOARES, A. K. de A. Revisões da Literatura: Diferenças, Métodos e Aplicações. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, *[S. l.]*, v. 7, n. 11, p. 982–1005, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n11p982-1005. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/6626. Acesso em: 20 jul. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

UNESCO. Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa. Paris: UNESCO, 2024. ISBN: 978-92-3-700028-1. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000390241. Acesso em: 25 jul. 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.